

COMITÊ DO FUNDO DE TRANSIÇÃO - PROGRAMA ARPA

Ata da 12ª Reunião Extraordinária do Comitê do Fundo de Transição

Data: 08 de Março de 2018	Local: Ed. Marie Prendi Cruz SEPN 505 Norte, Bloco "B" 1º andar sala CT-01 70.730-542 – Brasília-DF
Horário: 10:00 até 16:00 hs	
Número total de participantes: Número De Membros Institucionais: 4 Número De Membros Corporativos: 1 Número De Membros Individuais: 0 Membros Do Governo: 1 Número de outros participantes 1) Consultor intrínseco – ICMBio: 1 2) Secretaria e outros observadores: 17 Listagem completa de participantes: em anexo Presidente da reunião: Antônio Paulo de Azevedo Sodré	

Agenda do dia:

- I. Boas vindas, encaminhamentos e deliberações da última reunião, agenda do dia.
- II. Processos de criação de UCs:
 - Atualização do status;
 - Acompanhamento do CFT nos processos de criação.
- III. Modelo de custos:
 - Atualização sobre a revisão do modelo de custos e novas projeções;
 - Apoio às áreas criadas com recursos do ARPA;
 - Formalização de comissão para definição do cenário de projeção do modelo de custo.
- IV. Protocolos Mínimos de Monitoramento.
- V. Atualização sobre execução e inovações.
- VI. Atualização sobre o Programa Paisagens Sustentáveis (Doação GEF).
- VII. Atualização sobre a contratação do gestor de ativos internacional.
- VIII. Proposta de captação junto ao governo da Noruega.
- IX. Proposta BNDES
- X. Discussão sobre nova rodada de captações privadas.
- XI. Questão da inserção dos OGs estaduais:
 - Apresentação da agenda para visitas técnicas aos estados.
 - Estratégia para seguimento do trabalho iniciado pela consultoria cancelada, sobre levantamento de dados de contrapartida dos estados.
- XII. Próxima eleição para a presidência do CFT.
- XIII. Encerramento da Reunião.

I. INTRODUÇÃO: BOAS VINDAS, ENCAMINHAMENTOS E DELIBERAÇÕES DA ÚLTIMA REUNIÃO, AGENDA DO DIA

Paulo Sodré inicia a reunião pedindo que os representantes do Funbio aproveitem a reunião do Comitê do Programa, que acontecerá no dia seguinte (09 de março de 2018), e façam um breve resumo da reunião do CFT, de forma que o CP tenha conhecimento mais recente a respeito das deliberações e encaminhamentos do CFT. Paulo Sodré continua sua fala fazendo uma revisão dos encaminhamentos e deliberações resultantes da última reunião. Ele ressalta o ponto 3 da pauta, destacando que o problema do modelo financeiro não é o orçamento, mas sim, a expectativa de mudança das UCs de grau I para grau II que acarreta na contrapartida do governo de manutenção de 5 funcionários nas UCs de grau II. Esse talvez seja o grande entrave do modelo de custos para a evolução das UCs entre essas fases.

Paulo Sodré relembra o ponto de pauta sobre a criação das UCs REBIO Manicoré e PARNA Acari, que foram criadas, mas não foram incorporadas ao Programa para o apoio à consolidação. Além disso, manifestou expectativa de que na reunião houvesse avanço neste tema.

II. PROCESSOS DE CRIAÇÃO

➤ Atualização do status

Paulo Sodré passa a palavra para Moara Giasson que inicia a apresentação falando sobre os processos de criação, cujo status avançou para 34,1%, considerando que a meta é 6 milhões de hectares com recursos da fase 3.

Moara Giasson continua detalhando que os processos de criação de Rondônia tem avançado bem, já com todos os estudos finalizados, os demais estados estão com processos em fase inicial ou em execução, porém AM e MT estão com processos paralisados.

➤ Acompanhamento do CFT nos processos de criação

Moara Giasson apresenta processos de criação que não recebem recursos do ARPA, mas estão em estágio conclusivo - RESEX Lago Cuniã (ampliação da RESEX já existente em RO), Itapetininga (MA) e Arapiranga-Tromai (MA - PA). O ICMBio agilizou os processos de estudos, que já estão na Casa Civil para efetivação.

Paulo Sodré questiona qual a representatividade dessas áreas para receberem apoio do Programa ARPA. Adriana Leão detalha que esses processos são do Maranhão e correspondem a uma área que é parte da maior faixa de manguezal contínua do mundo – os manguezais amazônicos (AP, PA e MA) – e isso agrega grande importância para apoio à conservação.

Moara Giasson apresenta quadro com situação dos 25 processos de criação (Anexo 1).

Os processos de criação do Amazonas estão paralisados e bastante atrasados, fato este que pode ser justificado pela transição entre governos, com a substituição recente de secretário de meio ambiente e perda da memória de execução, com a saída de alguns gestores. Talvez este possa ser um dos estados que o Programa deverá manter um contato mais próximo para repasse do funcionamento do Programa.

O Estado de Rondônia tem perspectiva de assinatura da criação das UCs estaduais ainda neste ano. O Estado de Roraima também está avançado e se destacando nesse processo com a proposta de mudança de categoria de APA para RDS, em áreas representativas para o estado, considerando que há uma resistência à criação de novas áreas protegidas, pois o estado já possui várias Unidades de Conservação e Terras Indígenas.

Paulo Carneiro informa que foram realizadas as consultas públicas das UCs federais de Roraima, representadas pelas ampliações da ESEC Maracá e PARNA Viruá e criação da Gleba Parima; e do Pará, representadas pela RESEX Filhos do Mangue e RESEX Viriandeua, cujos processos de criação se encontram já em fase final. A questão do Pará é que a efetivação dessas RESEX fecharia o litoral do PA e ainda há uma discussão sobre preservação de áreas para as passagens de dutos de petróleo, entre outros empreendimentos, mas isso é uma questão de ajuste de limites de áreas. Paulo Carneiro ressalta que essas UCs e as demais estaduais fazem parte de um acordo de doação de terras federais para os estados. Ainda acrescenta que essas UCs estão num bloco de 11 UCs para criação e a expectativa é que este processo saia já em março.

Paulo Carneiro continua detalhando que o processo de criação da RESEX Baixo Rio Branco Jauaperi (AM/RR) é um processo antigo que foi encaminhado até para Casa Civil, mas a Funai apresentou um óbice por identificar conflito de limite com TI desta região. No entanto, chegou-se num acordo e a expectativa é que esteja dentro do bloco das UCs a serem criadas ainda em março.

Em suma, houveram avanços, mas **o MMA e o CFT precisam estar mais próximos dos estados para que mesmo com trocas de gestão não haja paralização dos processos de criação.**

III. MODELO DE CUSTOS

➤ Atualização sobre a revisão do modelo de custos e novas projeções

Moara Giasson inicia a fala lembrando que na reunião anterior a atualização do modelo foi apresentada por Renata Gatti e Leonardo Geluda, onde foram descritas as curvas de crescimento de contrapartidas, considerando três cenários previstos para incremento da contrapartida do governo. Moara Giasson resgata que foi pedido que o tema fosse abordado na reunião de hoje para nova discussão sobre os cenários e também que fosse apresentada uma análise do impacto da inclusão de novas áreas criadas (PARNA Acari e REBIO Manicoré) com recursos do ARPA na curva de investimentos do Programa.

Moara Giasson passa a fala para o consultor Edegar Bernardes, que detalha os cenários para a modelagem financeira.

Edegar Bernardes descreve que o cenário 1 aponta o retrato de modelo de custo e financeiro atual, com crescimento da contrapartida numa taxa mais rápida.

No cenário 2, há uma suavização da curva de contrapartida com uma intensificação dos recursos do Fundo de Transição nos primeiros anos, mas com um aumento constante da contrapartida pelos órgãos gestores e intensificação da mesma nos últimos anos até a substituição total.

No cenário 3, retorna ao FT um valor máximo de execução, com base no histórico de execução real do ARPA, que não executa tudo que é planejado.

Edegar Bernardes complementa que após a aplicação do modelo é possível perceber que, no final de 2039, o Cenário 2 é o que resulta em saldo com menor folga de recursos e o Cenário 3 apresentaria uma folga maior, justamente pela baixa execução das UCs (Anexo 2).

Moara Giasson lembra que o estudo de revisão do modelo de custos orientou a escolha do cenário 2 para contrapartida, que suaviza a contrapartida dos órgãos gestores nos primeiros anos. É necessário que seja considerado o saldo final como um saldo conservador, justamente por conta do histórico de execução do Programa.

Edegar Bernardes acrescenta à fala de Moara Giasson, que para o cálculo desse saldo final não foi considerada a possível entrada de mais recursos externos (e.g. BNDES), logo, o saldo final pode ser aumentado caso haja aporte de recursos ao FT.

Moara Giasson apresenta as premissas utilizadas para o ajuste no modelo, considerando as duas áreas criadas (PARNA Acari e REBIO Manicoré):

- UCs que não aderiram ao arpa para apoio de consolidação após criação;
- Categorias elegíveis: ESEC, RDS, PARQUE, REBIO E RESEX;
- Não foram consideradas UCs que receberam apoio para ampliação;

- Todas consideradas em grau I na modelagem;
- O status de consolidação inicial de cada UC e o tipo de UC foram estabelecidos por preenchimento da FAUC enviado à UCP em 2017;

Edegar Bernardes apresenta o modelo ajustado e conclui que a adesão dessas duas UCs Programa acarreta num aumento de 2,8% do desembolso pelo Fundo de Transição, equivalente a R\$ 11.955.038. Isso considerando o Cenário 2, que resultaria num saldo final de R\$ 17.388.697,00. Para os demais cenários a margem de saldo para inclusão de novas UCs criadas com apoio do Programa seria ainda maior, isso sem considerar novos aportes de recurso (Anexo 2).

➤ Apoio às áreas criadas com recursos do arpa

Moara Giasson pondera que existem duas questões a considerar: 1) tempo médio para consolidação de uma UC criada com apoio do ARPA que é, em média, de 9,7 anos; e 2) restam apenas 2 anos para o prazo final de consolidação, considerando a meta do Programa. Dessa forma, a entrada de novas UCs pode acarretar em não cumprimento de uma das condições de desembolso e penalizar as demais UCs ao longo dos anos por conta dessa média de anos para consolidação.

Moara Giasson então propõe algumas alternativas:

1. Considerar estas UCs como grau I;
2. Ampliar o prazo para sua consolidação;
3. Não considerar a condição de desembolso de consolidação válida para estas UCs.

De modo geral, estas UCS precisam ser analisada de forma diferente. Moara Giasson relembra que, para esse modelo não está sendo considerada a entrada de novos recursos. Ressalta também que a Anglo está trabalhando numa proposta de captação privada e o cenário 2 é mais favorável para os órgãos gestores, com a suavização da curva de contrapartida ao longo dos anos, resultando ainda em uma folga de recurso ao final do Programa.

Fernanda Marques, relembra que as 11 UCs candidatas a entrada no Programa pertencem a categorias elegíveis para apoio do Programa, e poderiam também contabilizar para meta de apoio. Rosa Lemos sugere que o apoio a essas novas UCs seja analisado à medida que as áreas sejam criadas.

Paulo Sodré destaca uma preocupação com o investimento se perder devido à demora de efetivação dos processos de criação. Paulo Carneiro complementa que o risco maior de comprometer o investimento gasto na criação, está mais associado ao atraso da realização de todos os estudos e demais etapas. Na verdade, quando as áreas são efetivamente criadas, há uma estabilização de degradação das áreas, logo, o impacto já reduz bastante. Paulo Carneiro sugere ainda um aumento do tempo para a consolidação dessas UCs e talvez uma flexibilização das condições desembolso.

Moara Giasson propõe que haja alteração no MOP com inclusão de nova regra de apoio às áreas criadas com recurso do ARPA.

MMA irá elaborar uma proposta final de texto para o MOP considerando uma nova regra de adesão ao Programa de áreas criadas com apoio do ARPA, inclusive com uma proposição de grau especial para estas UCs, e encaminhará para análise prévia do CFT, de modo que já possamos ter uma deliberação na próxima reunião.

➤ Formalização de uma comissão para definição do cenário de projeção do modelo de custo

Moara Giasson detalha que o modelo já foi ajustado e aguarda posicionamento do ICMBio a respeito de dados para calibrar o custo de consolidação destas UCs. Adriana Leão complementa que é uma questão de ajustar os prazos para alcance dos marcos referenciais e inserir informação mais realística na nova projeção do modelo de custo.

Paulo Carneiro ressalta que atualmente há um novo decreto (Decreto Nº 9191, de novembro de 2017), que regra sobre os documentos que devem ser encaminhados para a casa Civil, com objetivo de criação da UC. Entre os documentos, deve constar o modelo de custo e previsão, para os três anos seguintes, de como serão implantadas as áreas protegidas. Paulo Carneiro considera importante informar que tais UCs já recebiam apoio do Programa antes mesmo da criação efetiva.

IV. PROTOCOLOS MÍNIMOS DE MONITORAMENTO

Moara Giasson passa a palavra para a Tathiana Chaves que apresenta o Programa de Monitoramento da Biodiversidade do ICMBio. Ela descreve os protocolos mínimos de monitoramento que estão sendo aplicados nas UCs do ARPA. Informa que a estratégia dos protocolos foi reduzir os alvos de monitoramento e aumentar os sítios de amostragem para uma maior abrangência de respostas nas áreas monitoradas. O programa possui três subprogramas: o terrestre (componentes floresta, campestre e savânico), o aquático continental (componentes águas continentais amazônicas - CEPAM) e marinho costeiro (componentes de ambientes recifais, sistema estuarino, plataforma, talude continental e área oceânica, praias e ilhas) – Também há dois eixos temáticos transversais que conversam com os subprogramas – Biodiversidade aquática associada à pesca e tipos de espécies (de uso, ameaçadas e exóticas).

Os protocolos são direcionados para o atendimento de alvos globais (plantas lenhosas, borboletas frugívoras, mamíferos de médio e grande porte e grupos selecionados de aves); são divididos em dois níveis (básico e avançado) -; tem complexidade de implementação diferenciada de acordo com a metodologia, que pode ser mais elaborada; e que são implantados de modo gradativo, de acordo com a experiência adquirida pelas UCs. Além dos alvos globais, as UCs têm a opção de abordar alvos complementares, no âmbito local das UCS, de modo a acompanhar o uso de recursos regionais ou dar continuidade a monitoramentos historicamente em execução.

A consolidação do monitoramento se estabelece quando há implementação e operação (coleta de dados) de três estações amostrais para acompanhamento dos alvos global.

Tathiana segue detalhando as fases do Protocolo de Monitoramento:

- Capacitação dos pontos focais nas UCs: o gestor precisa conhecer o rigor científico para implementação da metodologia;
- Fase de adesão: seleção de áreas, aquisição de equipamentos, logística;
- Fase de implantação: abertura de trilhas, grids;
- Fase de operação: coleta de dados.

Tathiana informa que o panorama atual de implantação do monitoramento é de 53 UCs federais e 42 estaduais capacitadas no programa. Sendo que, 23 UCs federais estão na fase de operação, sendo 7 consolidadas.

Meg Symington pergunta sobre como estão sendo abordadas as UCs estaduais, e Tathiana explica que elas estão sendo capacitadas pelo ICMBio, mas a execução é feita pelos próprios gestores e, nessa etapa, a UC aporta o próprio recurso para cumprir os protocolos definidos.

Avecita Chicchon pergunta se a WCS - *Wildlife Conservation Society* (WCS) está coordenando este monitoramento junto com o ICMBio, pois a WCS desenvolve projeto de participação cidadã para monitoramento da biodiversidade aquática. Tathiana Chaves explica que não, mas que eles são parceiros bastante ativos dentro do programa.

Paulo Sodré questiona se há alguma coleta de dados de armadilhas fotográficas via internet. Tathiana detalha que houve um convite para o uso dessa ferramenta, mas que no momento ainda não está em utilização, logo, os dados coletados pelas armadilhas fotográficas são armazenados em cartões de memória para posterior coleta e análise.

Paulo Sodré pergunta sobre os custos do monitoramento e Tathiana relata que cada campanha não custa menos R\$ 30.000,00, isso varia conforme a estrutura e logística da UC. Rosa Lemos pergunta qual seria esse montante no período de um ano, e Tathiana informa que o valor médio é de R\$ 80.000,00.

O Paulo Sodré observa que os altos custos das expedições a campo podem estar associados à logística de deslocamento de equipe para coleta de dados e questiona porque não é feito investimento na utilização de armadilhas fotográficas com disponibilização de dados on-line.

Felipe Spina detalha que uma armadilha comum custa em torno de R\$ 1.200,00 e que armadilha fotográfica com disponibilização de dados on-line é uma tecnologia pouco usada e cara e, além disso há uma questão com a dificuldade de internet na Amazônia, fato este que inviabilizaria o alto investimento.

V. ATUALIZAÇÃO SOBRE EXECUÇÃO E INOVAÇÕES

Fernanda Marques inicia apresentação informando que foram encerrados os POs 2016/2017 e já estão ativos para execução os POs 2018/2019 das UCs do Programa. Ela agradece o apoio de todos os parceiros envolvidos nas etapas deste processo.

Fernanda segue detalhando os dados de execução e destacando um incremento de R\$ 12 milhões de reais na execução total, desde a última atualização para reunião de novembro/2017.

Fernanda traz também atualizações sobre as novas modalidades de execução em implementação no Programa, como o aplicativo de passagens aéreas, cartão combustível e reformulação da contratação de serviço PF, considerando a vigência do e-Social¹.

A respeito do cartão combustível, Fernanda detalha que ainda em março será iniciada a execução piloto em 19 UCs federais, e a expectativa é que a partir do 2º semestre de 2018 essa modalidade seja expandida para as demais UCs do ARPA. A utilização do cartão acarretará numa desoneração

¹ Sistema implantado pelo Governo Federal para o informe de obrigações fiscais, previdenciárias e trabalhistas de forma unificada, visando o reporte dessas informações dentro dos prazos predefinidos sem geração de multa. Prazo para vigência Junho/2018.

de até 16% dos recursos da conta vinculada. Com o mesmo propósito, está sendo adaptado o uso do cartão alimentação/refeição para o ARPA, ferramenta que já é utilizada em outro projeto apoiado pelo Funbio. Fernanda destaca que tais inovações visam não somente uma aceleração na execução, mas também uma maior segurança dos procedimentos.

Miguel Lanna questiona se as novas modalidades, além de garantir a agilidade da execução, preza também pela transparência e controle desses procedimentos de compras/contratações. Rosa Lemos garante que sim, e Fernanda Marques complementa que o cartão combustível, por exemplo, segue os moldes do utilizado pelo ICMBio, sendo utilizado um cartão para cada grande equipamento e outro abrangendo os demais maquinários de cada UC, com registro de uso e relatoria individual por UC.

Rosa Lemos discorre sobre os avanços de compras como, aquisições em lotes, registros de preços², especificações padrão, mas ressalta que isso atende bem às grandes solicitações com item de maior valor (automotores, embarcações, motores, entre outros). Para atender a demanda de itens de menor valor, mas que se apresentam em maior número, pensou-se a plataforma de compras, semelhante a *Amazon*. Rosa Lemos detalha que são estabelecidos filtros e há comparação de preços na própria plataforma, de modo que a compra é realizada ali mesmo. Rosa informa que atualmente o Funbio está estudando três opções de plataformas e verificando qual delas tem o melhor perfil de execução. A expectativa de implantação também é para o 2º semestre de 2018.

Rosa Lemos apresenta atualizações sobre o andamento da consultoria da BHS, contratada para realização do desenvolvimento do sistema BI, que visa a comunicação entre os sistemas utilizados pelo Funbio para integração dos bancos de dados e geração de relatórios. Ela detalha que a entrega dos produtos tem sofrido atrasos por conta da dificuldade da empresa em desenhar um sistema que atenda a demanda do Funbio. O novo prazo para entrega é agosto/2018.

Rosa Lemos continua sua fala informando que o escritório do Funbio em Brasília já possui localização definida, no *Executive Tower*, setor hoteleiro de Brasília. No momento o espaço está sendo estruturado e acredita que em abril já esteja funcional.

VI. ATUALIZAÇÃO SOBRE O PROGRAMA PAISAGENS SUSTENTÁVEIS (DOAÇÃO GEF)

Rosa Lemos comenta sobre as condições de efetividade para disponibilização dos recursos. Uma delas é um parecer legal que já foi aprovado e outra é a renovação do ACT do Amapá, que já estava no Governo para assinatura quando houve a troca do Secretário de Meio Ambiente do Estado e o processo teve que ser reiniciado. Além disso, a atualização do MOP do Programa tem expectativa de ser finalizada em abril.

Meg Symington pergunta se as alterações do MOP correspondem à inclusão das salvaguardas do Banco Mundial, conforme deliberado na última reunião. Fernanda esclarece que essa proposta é composta de quatro componentes, dos quais o Funbio é responsável pelo componente 1 e a *Conservation International*, pelos demais.

² Registro de preço é o processo no qual é acordado o preço com um fornecedor, por um determinado período de tempo, e dessa forma é possível atender à demanda de vários projetos de uma só vez.

As condições de efetividade são combinadas para todos os componentes e o MOP mencionado é o do projeto Paisagens Sustentáveis, que inclui todos os componentes. Mas o MOP do Fundo de Transição é um anexo do MOP do Paisagens Sustentáveis.

Rosa Lemos resume que os contratos (Funbio e CI) são separados de acordo com os componentes, mas as condições de efetividade são conjuntas.

Fernanda finaliza detalhando que existem 3 condições de desembolso definidas:

1º) Efetividade;

2º) Assinatura de um TCCA (Termo de Compromisso de Compensação Ambiental) que inclua UCs do ARPA; e

3º) Enquadramento da proposta do BNDES.

Avecita Chicchon questiona qual o tipo de compensação para essa condição e Rosa Lemos informa que a compensação deve ser federal.

VII. ATUALIZAÇÃO SOBRE A CONTRATAÇÃO DO GESTOR DE ATIVOS INTERNACIONAL

Rosa Lemos fala sobre as cinco instituições eleitas para apresentação de proposta para gestão dos recursos do ARPA e explica que houve um problema no processo, pois foi descoberto no final do prazo de 45 dias para envio de proposta, que uma das instituições não recebeu a carta-convite. Após consulta a esta empresa eles manifestaram interesse em encaminhar a proposta. Logo, conforme a regra, foi necessário solicitar autorização do KfW para estender o prazo para mais 45 dias. Ao comunicar às demais empresas sobre o ocorrido, houve compreensão por parte deles e o Funbio sugeriu que eles atualizassem a proposta ou encaminhassem uma carta informando que a proposta apresentada anteriormente ainda seria válida.

Miguel Lanna informa que será necessário que os pré-classificados encaminhe nova proposta. Rosa Lemos indaga se a orientação é estender o prazo ou reenviar a carta-convite às empresas candidatas. **Miguel Lanna complementa que esta é a confirmação que está aguardando do setor interno de licitações do KfW para definir como será formalizada essa etapa, se por prorrogação de prazo ou cancelamento da anterior e reenvio de nova carta-convite. Tendo isto definido informará ao Funbio para as devidas providências.**

VIII. PROPOSTA DE CAPTAÇÃO JUNTO AO GOVERNO DA NORUEGA

Rosa Lemos atualiza o andamento da proposta de captação junto ao governo da Noruega, para apoio a cadeias produtivas na Amazônia. Ela segue sua fala informando que durante o desenrolar das reuniões com o Governo da Noruega, surgiu por parte deles o interesse em apoiar também iniciativas de conservação no Cerrado. Sendo assim, houve uma proposta do ministério, apresentada por Moara Giasson sugerindo um ARPA para o Cerrado.

Assim sendo, a proposta passou a contemplar apoio à Amazônia e ao Cerrado, e possui três componentes:

1º) Apoio à UCs com as mesmas categorias e atividades elegíveis do ARPA, mas localizadas no Cerrado (4 estaduais e 15 federais) – US\$ 50 milhões;

2º) Apoio à cadeias produtivas envolvendo Terras Indígenas e UCs Amazônicas, priorizando as UCs de uso sustentável apoiadas pelo ARPA ou entorno de UCs (será executado por meio editais e chamadas de projetos) – US\$ 20 milhões;

3º) Apoio a políticas públicas para desenvolvimento de mecanismos financeiros estratégicos para às UCS e ações junto à sociedade civil, a nível nacional, para evitar desafetação e redução de áreas protegidas – (US\$ 7 milhões).

Rosa Lemos informa que há vários parceiros como WWF, ISA, IPHAN, ISPN, TNC, IPE, entre outros, que estão acompanhando toda essa discussão e colaborando com a evolução dessa proposta. Além disso, apresenta uma possível configuração da governança desse projeto (Anexo 3).

Na última reunião entre Governo da Noruega, MMA e Funbio uma proposta foi apresentada e eles se demonstraram muito receptivos. Em 09 de março, a proposta seria encaminhada para submissão. Rosa Lemos informa que conversou com o Ministério de Clima, que também aguardava a submissão da proposta. Uma vez efetivado, o projeto se desenvolverá separadamente, mas possuirá sinergias com o ARPA.

IX. PROPOSTA BNDES

Fernanda inicia a fala sobre a proposta do BNDES com a atualização da estimativa do valor da proposta, desta vez mais refinada considerando a finalização do planejamento das UCs federais para o biênio 2018/2019. Na última reunião foi deixado um encaminhamento para remanejamento de recurso do componente 4 (Monitoramento da Biodiversidade) para o componente 3 (Integração com o Entorno). Mas, tendo em vista a proposta da Noruega e o Paisagens Sustentáveis, foi elaborada uma proposta de remanejamento diferente, considerando por meio dos projetos acima citados a existência de recursos que podem fomentar a agenda de cadeias produtivas, compensando, então, a redução do montante destinado ao componente 3 (Figura 1).

Figura 1. Desenho esquemático do arranjo financeiro para os componentes da Proposta BNDES.



Paulo Sodré detalha que o BNDES é bastante rigoroso no que se refere à destinação de recursos, tanto é que sua execução e relatoria é feita separada das demais. Por conta disso, Paulo Sodré questiona se não é muito arriscado detalhar e se comprometer com o montante destinado para cada componente apoiado. Fernanda responde dizendo que é necessário e que o requerimento do BNDES para apresentação de proposta é inclusive a apresentação de atividades detalhadas até mesmo a nível de insumo.

Como a estimativa é baseada no planejado para o biênio 2018/2019, e esses valores foram bem discutidos para as UCs, isso traz uma segurança a mais para a proposta. No entanto, é possível que no processo de refinamento dos componentes, o valor destinado a cada um deles seja alterado.

Paulo Sodré demonstra sua preocupação com a possibilidade do BNDES paralisar a execução do projeto por compreender em algum momento que a execução do recurso não está sendo realizada conforme previsto na proposta. Ele realça que é importante ficar bastante claro no contrato como será a execução de cada componente, bem como, estabelecer algumas válvulas de escape devido às exceções e imprevistos da Região Amazônica.

Meg Symington pergunta a respeito da duração da proposta. Rosa Lemos informa que proposta é de 3 anos, e Fernanda detalha que isso será definido em função da sua aprovação. A base utilizada foi o biênio 2018/2019 para se ter uma estimativa do custo para consolidação de uma UC num determinado período, além disso, o BNDES cobra muito a apresentação de resultados mensuráveis, e o estado inicial seria a análise da FAUC para poder avaliar posteriormente o impacto do seu investimento.

Welles acrescenta que acha difícil essa proposta tornar-se ativa ainda este ano, mas considera que a proposta deveria ser mais robusta. Rosa Lemos então detalha que a proposta é desenhada em duas fases, cada uma de três anos e estimativa de R\$ 60 milhões cada. Apesar do detalhamento exigido, o histórico de execução dos recursos BNDES é de sucesso, inclusive resultando em elogios no evento de comemoração dos 15 anos do ARPA.

Rosa Lemos apresenta ao CFT a ideia de proposta na qual o BNDES aplicaria 100% do recurso para execução das atividades fins. Normalmente, cada doador paga sua percentagem para os custos, mas nesse caso, para facilitar os trâmites com o BNDES, foi sugerido é que o FT cubra os gastos com a gestão. Ela ressalta que isso não foi proposto ao BNDES, mas antes de submeter gostaria de uma definição deste comitê para saber se inclui, ou não, o custo operacional do Funbio.

Maurício Voivodic questiona se esse valor é exequível em 3 anos. Fernanda afirma que sim, pois é planejado em cima do biênio e ainda restaria um ano para finalização da execução de possíveis recursos remanescentes.

Avecita Chicchon pede uma opinião de Paulo Sodré, sobre a proposta pois não lhe parece um bom caminho a ser seguido. Paulo Sodré detalha que o gasto administrativo existe e não tem alternativa para fugir dele, a questão é quem paga por ele, e não enxerga como um mal negócio, pelo contrário, seria um atrativo para o aporte do BNDES. Em suma, o FT deixaria de utilizar os R\$ 60 milhões que possui em caixa para usar os R\$ 60 milhões vindos do BNDES, mas os custos administrativos seriam cobertos pelo FT.

Miguel Lanna questiona se isso é legalmente possível frente aos acordos com os todos os doadores. Rosa Lemos precisa confirmar nos contratos mas acredita que o CFT tem o poder de deliberar.

Miguel Lanna complementa que, caso o recurso entrasse no FT a porcentagem referente aos custos administrativos seria diluída entre os doadores, mas, uma vez que é tratado em separado e o FT cobrindo os custos Funbio, o FT acaba pagando um pouco mais na conta final.

Miguel ressalta que o CFT é soberano, mas o KfW possui um acordo em separado onde está definido os 14% para custos administrativos do FT e com essa proposta ao BNDES este acordo teria que ser ajustado internamente, no entanto, essa é uma discussão difícil e até mesmo demorada.

Rosa Lemos pondera que o panorama é bastante favorável para aceitação da proposta, pelo histórico de experiência com o BNDES em outros projetos.

Por fim, os doadores deliberaram pela não aceitação da proposta do FT absorver os gastos administrativos dos recursos BNDES e o que o Funbio vai inserir na proposta os 14% referentes aos custos administrativos.

Welles sugere que seja feita uma proposta com mais recurso, que em cima dos R\$ 60 milhões sejam acrescentados os 14% do Funbio e seja feita uma proposta com um montante maior.

Miguel Lanna questiona se este recurso será contabilizado como aumento de execução adicional de contrapartida brasileira. Rosa Lemos detalha que não, apesar de estar em uma conta separada, o recurso é para ser contabilizado como execução ARPA. Welles explica que se trata de uma doação onde 90% advém de fontes estrangeiras (Noruega ou Alemanha).

X. DISCUSSÃO SOBRE NOVA RODADA DE CAPTAÇÕES PRIVADAS

Tiago Alves resgata a conversa da última reunião, apresentando os requisitos e restrições para adesão corporativa ao ARPA. Empresas ligadas ao tabagismo foram inseridas na lista de restrições, conforme orientado pelo CFT. Tiago Alves questiona se a proposta de requisitos e restrições pode ser considerada aprovada por este comitê para que assim seja possível o seguimento das etapas seguintes de captação de novos doadores corporativos.

Paulo Sodré concorda, mas considera necessária uma reflexão maior sobre a diversificação setorial das empresas convidadas para o subcomitê de doadores corporativos, para estímulo à entrada daqueles que tragam para o CFT novas visões, não limitadas a um setor ou tipo de serviço específico. Tiago Alves questiona se há alguma restrição a mais a ser inserida. Paulo Sodré complementa que não sabe dizer como, mas precisamos garantir essa diversificação.

Tiago Alves sugere que antes de mais nada haja uma consulta ao CFT sobre as empresas em potencial. Paulo Sodré reitera a aprovação do CFT, mas deixa claro que é importante o CFT **ponderar a diversidade de setores empresariais e que estes não tenham interesse de realização de atividades extrativas na região Amazônia.** Paulo Sodré sugere que uma lista de potenciais empresas seja apresentada na próxima reunião.

Tiago Alves concorda com a orientação e se compromete em trazer uma proposta de lista de empresas para a próxima reunião, juntamente com o apoio do WWF e Funbio.

Maurício Voivodic questiona sobre a obrigatoriedade dos requisitos mínimos de aderência ao Pacto Global da ONU e GRI (*Global Reporting Initiative*). Ele coloca que por ser um universo restritivo de

empresas que possuem vínculo com essas duas iniciativas, acaba resultando numa redução da diversidade almejada. Complementa dizendo que o CFT pode ter mais sucesso no estabelecimento do grupo de empresas potenciais se não considerar esses dois requisitos como obrigatórios, mas sim, como orientadores.

Tiago Alves defende a manutenção da GRI pois é uma iniciativa de reporte padrão a respeito da transparência das empresas e que relatórios podem ser auditados por outras instituições.

Maurício Voivodic concorda e Felipe Spina sugere a manutenção do requisito “aderência ao GRI” como obrigatório, e que “aderência ao Pacto Global” seja categorizado como requisito desejável.

Moara Giasson agradece em nome do MMA pela atuação da Anglo nessa vertente de aumento do leque de empresas privadas que estejam engajadas e envolvidas no apoio à proteção de áreas. Além disso, informa que o MMA participa de um programa chamado IAPA – Integração de Áreas Protegidas da Amazônia, financiado pela FAU e que faz parte da Rede Parques que atua na América Latina e Caribe. Este programa, que lida diretamente com questões vinculadas aos países amazônicos, promoverá um evento chamado Diálogo Intersectorial do Bioma, a fim de discutir os setores produtivos que impactam de forma positiva e negativamente à Amazônia. Moara Giasson manterá o CFT informado a respeito dessa iniciativa.

Tiago Alves apresenta outro ponto, fazendo um convite para uma reunião com Marina Grossi, CEO do Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável – CEBDS, pois ela teria largo conhecimento relacionado a busca de empresas para captação privada.

Os membros do comitê concordaram e definiram que esta reunião acontecerá na semana do Fórum das Águas (18 a 23 de março de 2018), em Brasília, com a participação da Anglo, Paulo Sodré e Maurício Voivodic (WWF-BR). Tiago Alves trará o retorno na próxima reunião.

Tiago Alves apresentou o nome de empresas sugeridas previamente por Marina Grossi para captação: Coca-Cola, Taboca Mineração e Vale. Paulo Sodré afirmou ser melhor esperar a realização da conversa com Marina Grossi.

Paulo Sodré questionou também se houve alguma atuação da Anglo na Amazônia ou algum pleito relacionado. Tiago Alves informou que não há nenhum pedido de projeto da Anglo American para atuação na Amazônia, em médio e longo prazo. **Paulo Sodré pediu que a Anglo American faça uma apresentação sobre sua atuação no Território Brasileiro, com foco na Amazônia Legal, incluindo além de registros históricos de atividades, informações sobre o pleito de direitos minerários na região e a manifestação de intenção de atuação futura na mesma, por meio de iniciativa própria ou parceria com outras empresas.**

Meg Symington colabora informando que a Coca-Cola já é um parceiro antigo do WWF-USA, mas atua principalmente em frentes relacionadas à temática aquática e pode encaminhar um resumo da parceria do WWF com a Coca-Cola. Paulo Sodré e Maurício Voivodic concordam que seria interessante receber informações a este respeito, uma vez que a diretoria de sustentabilidade mudou recentemente e este poderia ser um campo a ser explorado nas tentativas de busca de recursos.

TEMA EXTRA PAUTA: AÇÕES DE COMUNICAÇÃO PARA O PROGRAMA ARPA

Paulo Sodré destaca que apesar de não estar incluído na agenda, na reunião passada foi discutido o tema comunicação do Programa Arpa e pede a Maurício Voivodic para apresentar uma atualização. Maurício Voivodic recapitula que, partindo de um incômodo do CFT a respeito do desconhecimento público sobre a existência e importância do Programa ARPA como um todo, pensou-se na elaboração de uma campanha de comunicação para divulgação do ARPA. Maurício Voivodic apresentou a proposta de campanha de divulgação e valorização do ARPA. Em sua apresentação detalhou que a ideia não se trata de valorizar o ARPA, apenas por orgulho do Programa, mas de engajar a comunidade em ações para conservação e combate à degradação ambiental e criação de novas áreas protegidas.

Em linhas gerais, a produção de uma campanha que enfoque as áreas protegidas, com destaque para o Programa ARPA como um *case* sucesso.

Maurício Voivodic destacou que seria uma ação não apenas com objetivo informativo, mas também de conscientização e busca de mais apoio governamental para o Programa. A ideia central é fazer a conexão de áreas protegidas com a vida das pessoas (água, clima, serviços ambientais, etc.) e trazer à tona os benefícios tangíveis. E o fio condutor disso seria o *Storytelling*, abordando a história de atores envolvidos e beneficiados pela UCs e pelo Programa ARPA.

Welles acrescentou pontuando que seria interessante o cruzamento de informações da atuação do ARPA com o desenvolvimento das regiões apoiadas, como aumento de expectativa de vida, dados do IBGE verificando o impacto real da influência do Programa.

Para os próximos passos, Maurício Voivodic propõe desenhar a campanha com MMA, ICMBio, Funbio e doadores, de acordo com disponibilidade e interesse das equipes de comunicação das instituições. Maurício Voivodic informa que o WWF já possui recurso disponível para isso mas deseja envolvimento dos demais membros do CFT.

Tiago Alves parabenizou a proposta e perguntou se é uma ação com alcance apenas nas comunidades locais ou se seria para toda sociedade. Maurício Voivodic afirma que a intenção é direcionar para a sociedade de modo geral, pois muitas vezes as áreas protegidas são destacadas pela mídia de modo negativo, que afirma serem bolsões de pobreza, sem desenvolvimento, e é essa caracterização que se pretende desfazer.

Paulo Carneiro diz que é interessante agregar também os números relacionados aos pontos de avanço da agenda de criação e consolidação de áreas protegidas.

Moara Giasson destaca que o MMA já possui algumas propostas que também estão em andamento para implementação de campanhas em prol da valorização dessas áreas pela mídia. Propõe uma definição clara dos papéis das instituições dentro Programa, não esquecendo que o ARPA é um programa de governo, e que já existem iniciativas dentro do ministério para desenvolver essa área de comunicação do programa. Ela sugere que o WWF seja o ponto focal de comunicação a longo prazo dentro do ARPA, considerando o histórico que o comitê carrega, e que juntos sejam somados os esforços nessa proposta. **WWF vai coordenar um calendário e um grupo para se organizar em cima desse debate trazendo atualização dessa temática para a próxima reunião.**

XI. QUESTÃO DA INSERÇÃO DOS OGS ESTADUAIS:

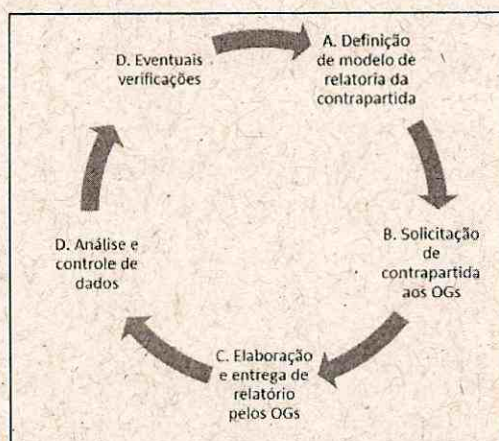
- Apresentação da agenda para visitas técnicas aos estados.

Não foi feita. O MMA deve planejar esta agenda de visitas aos estados para verificação de contrapartida junto aos OGS e apresentar na próxima reunião do CFT.

- Estratégia para seguimento do trabalho iniciado pela consultoria cancelada, sobre levantamento de dados de contrapartida dos estados.

Moara Giasson faz resgate da última reunião do CFT onde foi informado que, devido aos resultados não satisfatórios, foi procedida a rescisão do contrato da consultoria responsável por avaliar os mecanismos de contrapartida dos Estados e apresentar proposta de novo modelo de coleta de dados e relatoria. Em compensação, os resultados do diagnóstico inicial dos sistemas e dos tipos de prestação de contas identificados podem ser aproveitados para construção de uma proposta a fim de melhorar o monitoramento e a apresentação da contrapartida dos Estados ao ARPA, buscando o detalhamento por Marco Referencial, ou equivalente, sempre que possível (Figura 2).

Figura 2. Modelo de proposta para acompanhamento da contrapartida.



A ideia é levar essa proposta para o Fórum Técnico e alinhar com os Órgãos Gestores Estaduais a construção de propostas práticas e modelos de acompanhamento da contrapartida de cada Estado. Além disso, Moara Giasson cita uma demanda de prazo maior, que seria a possibilidade de inserção dos dados de contrapartida no próprio Cérebro.

Moara Giasson continua a fala detalhando que para a solicitação da contrapartida estadual deve haver um trabalho junto aos órgãos gestores de divulgação das metas de contrapartida, por meio de ofícios às Secretarias e publicação no site do ARPA. Além disso, devem ser apresentados, de forma didática e com clareza, os mecanismos do FT também no site do ARPA e, por fim, é preciso solicitar aos órgãos gestores que indiquem a metodologia utilizada para cálculo da contrapartida. Moara Giasson acrescenta que para elaboração dos relatórios de contrapartida este comitê deve definir quais os recursos extras obtidos pelo estado poderão efetivamente ser reportados como

contrapartida. Ela destaca que, no MOP, isso está descrito como “fontes financeiras de não-doadores, ou seja, orçamento **compensação ou receitas próprias**”.

Moara Giasson consulta o CFT para saber se pode elaborar uma nova proposição de texto para esse trecho do MOP, de forma a deixá-la mais diversificada, como por exemplo citar apenas as fontes de financiamento com restrição. Nesta fala, ela aproveita para resgatar a necessidade de revisão do MOP para atender à condição de desembolso (CD) nº 9 (Aumento dos recursos financeiros não-salariais), pois a redação está confusa e dificulta a medição da CD 9.

Moara Giasson finaliza destacando a necessidade de planejar visitas aos estados para os próximos anos (a partir de 2018), aproveitando as missões dos doadores e auditorias, conforme estabelecido no MOP, para estabelecer verificações de contrapartidas e promover debates entre os atores do programa e identificar através dos sistemas as informações sobre o direcionamento dos gastos governamentais direcionados para as UCs do ARPA. Edegar Bernardes acrescenta que o rastreamento do investimento de contrapartida pode servir também de subsídio para a campanha de comunicação encabeçada pelo WWF.

Houve um pequeno debate do uso dos recursos de multas e compensação ambiental como contrapartida e sua utilização nas áreas afetadas. Felipe Spina pergunta se há algum mecanismo previsto em que recursos oriundos de multas de impactos gerados na Amazônia sejam compensados em UCs do ARPA. Welles explica que não. Está documentado que não é possível fazer esse direcionamento de recurso, e que o mesmo deve ser repartido para as áreas protegidas do OG. Paulo Sodré sugere que os membros façam releitura do MOP do FT e verifiquem as questões que podem/devem ser alteradas, aproveitando a proposta de alteração de redação do MOP apresentada pelo MMA.

Sobre a repartição de benefícios pelo usufruto da biodiversidade, Maurício Voivodic questiona qual o direcionamento desse recurso, pois deveria ir para comunidades. Moara Giasson esclarece que não necessariamente. As próprias UCs também podem usufruir desses benefícios. Welles faz um gancho com a proposta da Noruega, pois o apoio a cadeias produtivas estimula o desenvolvimento financeiro da região e seria interessante desenvolver mecanismos para estimular os serviços públicos nas comunidades.

Maurício Voivodic destaca que é bastante interessante essa proposta de compensação ambiental/multas, no entanto é necessário tomar cuidado durante a revisão da redação do MOP, pois ao considerar este recurso como contrapartida pode-se camuflar o real aporte do Estado, uma vez que estes recursos vêm em picos e são destinados para execução de curto ou médio prazo. Sendo assim, é necessário pensar numa forma de garantir que o aumento do aporte público seja constante ao longo dos anos, conforme previsto na curva do modelo financeiro do FT.

O MMA vai elaborar proposta de alteração do texto de contrapartida do MOP para ser deliberado na próxima reunião juntamente com proposta de texto para alteração da regra de inserção no ARPA, de novas áreas criadas com apoio do Programa.

Foi definido então que até 15 de maio de 2018 os membros farão releitura do MOP e encaminharão ao Funbio as contribuições para alterações, de modo a ser apresentado para deliberação na próxima reunião (07/Junho).

XII. PRÓXIMA ELEIÇÃO PARA PRESIDÊNCIA DO CFT

Paulo Sodré inicia a fala sobre o vencimento do seu mandato no início do próximo semestre e apresenta a proposta de sua substituição pelo candidato, Sr. Luiz Souza, na próxima reunião (Junho/2018). Ele trabalha *pro bono* para o WWF há 10 anos e faz parte do conselho deliberativo da instituição há 5 anos, esteve à frente de um convênio do WWF com o Banco do Brasil, e trabalhou também numa parte da estrutura financeira para o *Arpa for life*, no início.

Paulo Sodré levará o candidato para a próxima reunião que acontecerá no Rio de Janeiro. A princípio a eleição ocorre na próxima reunião do CFT, a não ser que surja um novo nome indicado ou que o comitê deseje discutir um pouco mais a respeito das candidaturas.

XIII. ENCERRAMENTO DA REUNIÃO

Paulo Sodré finaliza a reunião agradecendo a presença de todos.

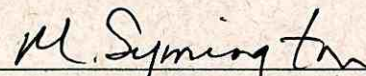
Quadro de Encaminhamentos e Deliberações	Responsáveis
ENCAMINHAMENTO: Elaborar uma proposta final de texto para o MOP considerando uma nova regra para adesão, de áreas criadas com apoio do Programa ARPA e encaminhar para análise prévia do CFT, de modo que já possa haver deliberação na próxima reunião.	AMA
ENCAMINHAMENTO: Informar ao Funbio sobre posicionamento do setor interno de licitações do KfW a respeito da formalização da nova etapa para contratação do gestor de ativos.	Miguel Lanna
DELIBERAÇÃO: Foi deliberado pela não aceitação da proposta do FT absorver os gastos administrativos de gestão dos recursos oriundos da Proposta do BNDES.	
ENCAMINHAMENTO: Atualizar a proposta para o BNDES com inserção dos custos administrativos do Funbio.	Funbio
ENCAMINHAMENTO: Apresentar lista de possíveis empresas para captação privada contemplando a diversidade de setores empresariais e ausência de interesse de realização de atividades extrativas na região Amazônica. WWF e Funbio prestarão apoio nessa etapa.	Anglo American
ENCAMINHAMENTO: Membros do comitê se reunirão com Marina Grossi (CEO do CEBDS) para tratar da busca por empresas para captação privada. Tiago Alves trará atualização na próxima reunião.	Anglo American / WWF / Paulo Sodré
ENCAMINHAMENTO: Apresentar na próxima reunião do CFT, informações da Anglo American sobre a atuação da companhia em Território Brasileiro, com foco na Amazônia Legal, reportando caso haja, registro histórico de atuação na	Anglo American

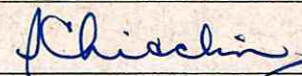
Quadro de Encaminhamentos e Deliberações	Responsáveis
região Amazônica, informações sobre o pleito de direitos de exploração minerária, além da intenção de atuação no Bioma, por iniciativa própria ou parceria com outras empresas.	
ENCAMINHAMENTO: Criar grupo e coordenar a elaboração de uma agenda e calendário para as ações de comunicação do Programa ARPA, trazendo atualização dessa temática para a próxima reunião.	WWF
ENCAMINHAMENTO: Apresentar na próxima reunião do CFT uma agenda de visitas aos estados para verificação de contrapartida junto aos Órgãos Gestores.	MMA
ENCAMINHAMENTOS: Elaborar proposta de alteração do texto de contrapartida do MOP para ser deliberado na próxima reunião juntamente com proposta de texto para alteração da regra de inserção no ARPA de novas áreas criadas com apoio do Programa.	MMA
ENCAMINHAMENTO: Enviar para o Funbio, até a data de 15 de maio de 2018, compilação de contribuições para alterações do MOP.	CFT


Rio de Janeiro, 08 de março de 2018.


Membros do CFT institucionais:


Antonio Paulo de Azevedo Sodré (WWF/Brasil)


Meg Symington (WWF/US)


Avecita Chicchon (Moore Foundation)



Christian Lauerhass (KfW)

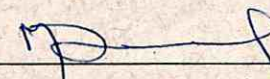

Gustavo Fonseca (GEF/Brasil)

Membro CFT Corporativo:



Felipe Starling (Anglo American)

Membro CFT Governo:


Warwick Manfrinato (MMA/Brasil)


Marcelo de Paula (MPOG/Brasil)

Equipe técnica do governo:

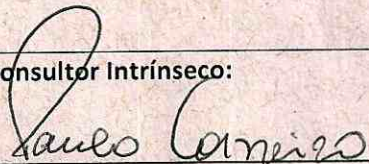

Marcelo Cruz (MMA/Brasil)


Marcus Barreto (MPDG/SOF)

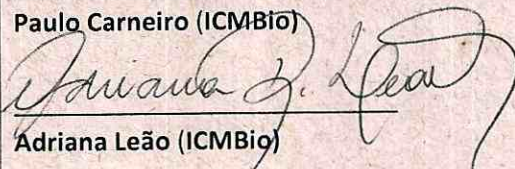
Thiago Gil Barros (MMA/Brasil)

Renata Gatti (MMA/Brasil)

Consultor Intrínseco:



Paulo Carneiro (ICMbio)



Adriana Leão (ICMbio)


Secretaria Executiva do CFT:

Rosa Lemos

Secretária Geral do Funbio

Manoel Serrão

Superintendente de Programas do Funbio



Fábio Ribeiro Silva

Gerente do Programa Arpa no Funbio



Mayne Assunção Moreira

Assistente do Programa Arpa no Funbio

Anexo: 1 - Status dos processos de criação apoiados pelo ARPA.

#	OG	Processo Criação	Área (ha)	% Execução	Observação (atualizado em 01/03/2018)
1	AM	RDS Rio Manicoré	488.418	56,10%	Diagnósticos e consulta pública concluídos. Não há perspectiva de assinatura do ato legal de criação. Enviado ofício lembrando as metas do Programa e compromissos assumidos pelo OG.
2	AM	Saracá-Piranga	75.555	4,10%	Houve um pedido da população para revalidar o acordo de pesca existente na região. Dentro desse novo acordo, há a perspectiva de retomar o processo, atualizando os estudos socioeconômicos e fundiários e realizando novas consultas públicas.
3	MT	Manissauá-Miçu	120.000	0,00%	Há um plano de manejo de corte seletivo de madeira na área proposta para a UC, o dificulta sobremaneira a criação da UC pois o valor de indenização aos proprietários seria muito alto. Não há apoio para a criação de UCs no estado
4	PA	REBIO Marajó Central	130.968	98,80%	Solicitação Consultoria PJ aguardando ajuste do gestor desde 17/08/2017. Foi realizado contato com o PF para acelerar a execução.
5	PA	Zona Costeira / Mar Territorial	644.293	36,00%	Foi solicitado prazo de execução até 30/07/2018. Em contato com o PF, realizado em 28/11/2017, foi explicado as novas regras da fase III e a aplicação da CD8 em maio de 2018. OG envidará esforços para cumprir a meta.
6	RO	Umirizal	65.643	158,80%	Diagnósticos e consulta pública concluídos. Ato legal de criação deve ser assinado em breve. Enviado ofício lembrando as metas do Programa e compromissos assumidos pelo OG
7	TO	Vale do Rio Corda	30.600	0,00%	Aguarda a conclusão dos diagnósticos para realizar as consultas públicas com os recursos do Programa. SEMA/TO contactou o MMA solicitando apoio para criação dessa UC.
8	AM	RDS do Piranha	137.788	100,00%	4 solicitações de consultoria PJ paradas desde 14/08/2017 aguardando interação do FUNBIO. Enviado ofício ao FUNBIO solicitando atenção e prioridade aos processos de criação.
9	AM	REBIO Pauini	554.716	0,00%	Não há solicitações no sistema
10	AM	RESEX Mamiá	299.174	0,00%	Não há solicitações no sistema
11	RO	PE Serra Grande	23.185	35,40%	Diagnósticos e consulta pública concluídos. Ato legal de criação deve ser assinado em breve. Enviado ofício ao OG
12	RO	RDS Limoeiro	18.924	36,40%	Diagnósticos e consulta pública concluídos. Ato legal de criação deve ser assinado em breve. Enviado ofício ao OG
13	RO	RESEX do Rio Machado	7.832	53,50%	Diagnósticos e consulta pública concluídos, Ato legal de criação deve ser assinado em breve. Enviado ofício ao OG
14	RR	RDS Boiaçu	69.525	70,20%	Solicitações inseridas no sistema

15	RR	RDS Campina	75.713	71,70%	Solicitações inseridas no sistema
16	RR	RDS Itapará	549.130	70,80%	Solicitações inseridas no sistema
17	RR	PE Catrimani	475.664	23,00%	Solicitação de aluguel de embarcações no sistema
18	RR	PE das Nascentes	484.235	23,00%	Solicitação de aluguel de embarcações no sistema
19	RR	RDS Xeruini	360.520	25,00%	Solicitação de aluguel de embarcações no sistema
20	ICMBio	ESEC Maracá	50.810	0,00%	Diagnósticos e consultas públicas concluídas. Em finalização da NT a ser enviada a Casa Civil
21	ICMBio	Gleba Parima	110.470		
22	ICMBio	PN Viruá	70.075		
23	ICMBio	RESEX Filhos do Manguê	33.348		
24	ICMBio	RESEX Viriandeua	55.070		
25	ICMBio	RESEX Baixo Rio Branco Jauaperi	581.230	N/A	Diagnósticos e consultas públicas concluídas. Perspectiva de assinatura do ato legal até o dia 19/03

Anexo 2: Saldo financeiro de cada cenário em 2039.

Saldo financeiro	
Oferta - Demanda	
cenário 1	81.458.372
cenário 2	17.388.697
cenário 3	180.655.414

Anexo 3. Estruturação da governança da proposta para o Governo da Noruega.

Instância de Homologação: NORUEGA*			
Comitê do Programa			
1 Rep. FUNAI	1 Rep. ONGs	1 Rep. MMA	1 Rep. Embaixada Noruega
1 Rep. Indígenas	1 Rep. Academia	1 Rep. ICMBio	1 Rep. Min. Clima e M.A. Noruega
1 Rep. Comunitários	1 Rep. Redes	1 Rep. Estados	1 Rep. FUNBIO

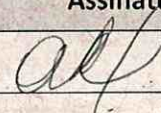
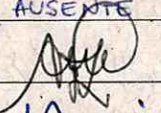
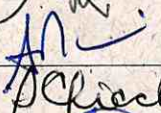



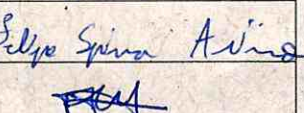
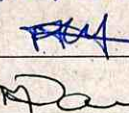

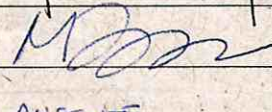
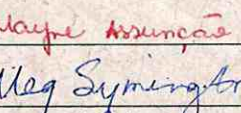
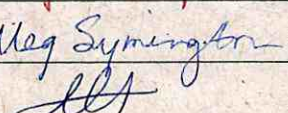
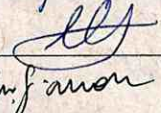
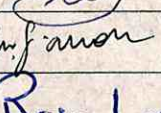
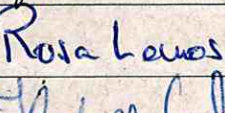
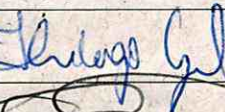
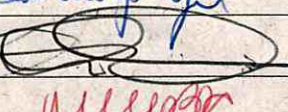
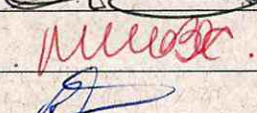
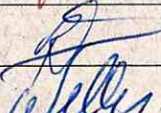


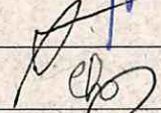
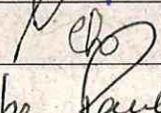
GT Amazônia	GT Fortalecimento Soc. Civil	"Fórum Técnico" Cerrado
1 Rep. FUNAI	2 Rep. ONGs	1 Rep. MMA
1 Rep. Indígenas	2 Rep. Academia	1 Rep. ICMBio
1 Rep. Comunitários	2 Rep. Redes	1 Rep. Gestores
1 Rep. MMA		1 Rep. ONGs
1 Rep. ONGs		

Câmaras Técnicas <i>ad hoc</i> para avaliação técnica das propostas	Unidade de Coordenação no MMA
---------------------------------------------------------------------	-------------------------------

* Caso o programa tenha a adesão de novos doadores, os mesmos serão incluídos na governança do programa

Reunião do Comitê do Fundo de Transição – 08/03/2018
Brasília-DF

LISTA DE PRESENÇA – 12ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO COMITÊ DO FUNDO DE TRANSIÇÃO

Nº	Nome	Instituição	Contato	Assinatura
1	Adriana Leão	DPES/ICMBio	adriana.leao@icmbio.gov.br	
2	Adriana Moreira	Banco Mundial	amoreira@worldbank.org	AUSENTE
3	Ana Lúcia Tejima	DPES/ICMBio	ana.tejima@icmbio.gov.br	
4	Antonio Paulo de A. Sodré	WWF-BR	apasodre@gmail.com	
6	Avecita Chicchón	Gordon e Betty Moore	Avecita.Chicchon@moore.org	
7	Cristhophe Saldanha	UCP/MMA	cristhophe.balmant@mma.gov.br	
8	Fábio Ribeiro	Gerência ARPA/Funbio	fabio.ribeiro@funbio.org.br	
9	Felipe Moreira	Anglo American	felipe.starling@angloamerican.com	AUSENTE
10	Felipe Spina	WWF/Brasil	felipeavino@wwf.org.br	
11	Fernanda Marques	Funbio	fernanda.marques@funbio.org.br	
12	Marcelo de Paula	SEAIN/MPDG	marcelo.paula@planejamento.gov.br	
13	Marcó Bueno	UCP/MMA	marco.bueno@mma.gov.br	
14	Marco Lentini	WWF/Brasil	marcolentini@wwf.org.br	AUSENTE
15	Mayne Moreira	Assistente de Projetos ARPA/Funbio	mayne.moreira@funbio.org.br	
16	Meg Symington	WWF-US	meg.symington@wwfus.org	
17	Miguel Lanna	KfW	miguel.lanna@kfw.de	
18	Moara Giasson	MMA	moara.giasson@mma.gov.br	
19	Rosa Lemos de Sá	Secretária-Geral/ Funbio	rosa.lemos@funbio.org.br	
20	Thiago Barros	Coordenador Fomento ao SNUC/MMA	thiago.barros@mma.gov.br	
21	Tiago Alves	Anglo American	tiago.alves@angloamerican.com	
22	Mayara Bernardes	FUNBIO	mayara.bernardes@funbio	
23	Rogério P. Vasconcelos	ANGLO AMERICAN	rogério.vasconcelos@angloamerican.com	
24	Welles M. Almeida	MMA/SELEX/DRE	welles.almeida@mma.gov.br	
25	Maurício Vasconcelos	WWF	mauricio@wwf.org.br	
26	MARCIO LEIANA	COMOB / ICMBIO	MURRADO @ YAHOO.COM	
27	Camila Loba	DPES/ICMBio	camila.loba@icmbio.gov.br	

Paulo Carneiro DIMAN/ICMBio paulo.carneiro@icmbio.gov.br Paulo Carneiro